



**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO
DEPARTAMENTO DE DIREITO DO ESTADO**

Curso: DIREITO ADMINISTRATIVO I

Professor: Marcos Augusto Perez

SEMINÁRIO 9: Atos Administrativos: Vícios. Extinção. Convalidação e Confirmação.

NOME DO ALUNO:

NÚMERO USP:

TURMA:

Leia os textos obrigatórios da semana e resolva o seguinte problema:

- 1) Suponha que a ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) tenha baixado um regulamento que tenha proibido a comercialização de medicamentos à base de anfetaminas. Responda então às seguintes questões:
 - a. A partir da leitura da Lei 9.782/1999 e do Decreto 3.029/1999, pode-se concluir que a ANVISA seja competente para a prática desse ato de proibição?
 - b. Suponha que o regulamento tenha sido editado pelo Presidente da ANVISA. O ato continuaria válido? Caso inválido esse ato poderia ser convalidado ou ratificado por quem competente? Quem seria competente nesse caso?
 - c. Suponha que a proibição não tenha sido antecedida de audiência pública, haveria invalidade nesse ato? Em virtude de que vícios?
 - d. Suponha que a proibição não tenha sido antecedida de estudos técnicos que indiquem os efeitos prejudiciais das anfetaminas para a saúde pública. A decisão seria inválida? Em função de que vícios?
 - e. Suponha que a proibição tenha sido antecedida de audiência pública, de estudos técnicos, mas que, posteriormente à edição do ato de proibição, centenas de médicos peçam a invalidação da decisão e juntem para tanto outro estudo técnico que, por sua vez, afirmaria que para pacientes com graves problemas de obesidade a utilização de anfetaminas seria essencial para o seu tratamento e sua sobrevivência. A ANVISA poderia ou deveria invalidar o ato anterior? Caso inválido, de qual vício padeceria a decisão da ANVISA?
 - f. O caso narrado nas questões “d” e “e” poderia ser levado ao Judiciário e por este apreciado?